



SSO NACIONAL

MPV 927
00116

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.



CD/20790.99479-19

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA N.º _____/2020

A Medida Provisória nº 927/2020 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, a suspensão de férias ou licenças não remuneradas dos profissionais da área de saúde ou daqueles que desempenhem funções essenciais, fica condicionada à celebração de acordo ou convenção coletivos” (NR)

“Art. 11. Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregador poderá, mediante acordo ou convenção coletivos, conceder férias coletivas e deverá notificar o sindicato com antecedência de, no mínimo, sete dias úteis, podendo ser aplicado o limite máximo de períodos anuais e o limite mínimo de dias corridos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. ” (NR)

“Art. 17. As comissões internas de prevenção de acidentes serão mantidas até o encerramento do estado de calamidade” (NR)

“Art. 20.....

§ 1º O pagamento das obrigações referentes às competências mencionadas no caput será quitado em até duas parcelas mensais, com vencimento no



SSO NACIONAL

sétimo dia de cada mês, a partir de julho de 2020, observado o disposto no caput do art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990.

“Art. 26. Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, é permitido aos estabelecimentos de saúde, mediante acordo ou convenção coletivos, mesmo para as atividades insalubres e para a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso:

I - prorrogar a jornada de trabalho, mediante acordo ou convenção coletivos, nos termos do disposto no art. 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943; e

II – (Suprima-se)” (NR)

Art. 27 (Suprima-se)

“Art. 28. Durante o período de cento e vinte dias, contado da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, os prazos processuais para apresentação de defesa e recurso no âmbito de processos administrativos originados a partir de autos de infração trabalhistas e notificações de débito de FGTS ficam suspensos” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio de comunicado oficial feito no dia 11 de março de 2020, classificou o novo coronavírus (COVID-19) como pandemia, com elevado risco de transmissão e taxa de mortalidade notadamente entre pessoas idosas e com doenças crônicas.

Em decorrência da grave crise do clico viral no Brasil, diversas medidas preventivas estão sendo adotadas pelas autoridades, em todas as esferas governamentais, sendo, a mais importante delas, o isolamento domiciliar das pessoas, de modo a evitar o contato e a propagação da doença, a exemplo do que vem sendo seguido em outras nações.

A disseminação do coronavírus traz, inevitavelmente, impactos imensuráveis de ordem social e econômica, a começar pela paralisação de atividades produtivas, queda de demanda e de investimentos, retração no comércio mundial e nas exportações. Consequentemente, atinge de modo perverso uma parcela significativa da população brasileira que já convive com alto índice de informalidade e desemprego.

A presente emenda busca reduzir os pesados impactos das medidas trabalhistas apresentadas pelo Governo Federal para enfrentamento do estado de calamidade pública por meio da



SSO NACIONAL

MPV 927/2020. Amplamente criticada por centrais sindicais, entidades de defesa dos trabalhadores, pelo Ministério Público e Parlamento, tal proposta representa a reedição aprofundada das reformas trabalhistas extremamente restritivas e precarizadoras dos direitos sociais.

A MPV penaliza o trabalhador, mais uma vez, ao remeter para a prevalência dos acordos individuais decisões importantes na relação empregado-empregador, vindo a desprestigiar as negociações coletivas que poderiam conferir maior segurança jurídica e proteção na aplicação das medidas neste grave momento de crise humanitária que exige a radical defesa dos princípios basilares em defesa e respeito aos direitos humanos consagrados na Carta Cidadã, na Consolidação das Leis Trabalhistas, convenções e tratados internacionais.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, de março de 2020.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**



CD/20790.99479-19